

Gestão escolar democrática e vulnerabilidade social

Maria Eduarda de Oliveira Bezerra Medeirosⁱ 

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil

Arlene Maria Soares de Medeirosⁱⁱ 

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil

1

Resumo

O artigo em tela surgiu a partir de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Objetivou-se perceber a produção científica existente sobre gestão escolar democrática e vulnerabilidade social em um recorte temporal de dez anos (2012-2021). O levantamento bibliográfico foi realizado em cinco bases científicas: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE), Revista Educação & Formação, Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades (Rev.Pemo), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de Periódicos CAPES. Foram selecionados cinco artigos para compor a amostra do Estado da Questão, tendo como resultado produções científicas situadas em três revistas: *Revista Temas em Educação*, *Revista Saúde & Ciência Coletiva* e *Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho*. Buscou-se evidenciar as temáticas debatidas, bem como os percursos metodológicos mais utilizados. Os resultados apontam para a incipiente produção voltada para a discussão acerca da gestão escolar democrática em territórios vulneráveis. No geral, os aspectos metodológicos possuem como abordagem central a pesquisa qualitativa, em que foram realizados estudo de caso, revisão de literatura, análise documental e análise de dados socioeconômicos. No tocante às análises realizadas pelos autores, é possível perceber que o contexto social vulnerável exige uma gestão escolar democrática e participativa, engajada com justiça social.

Palavras-chave: Gestão democrática. Vulnerabilidade. Desigualdades.

Democratic school management and social vulnerability

Abstract

The article on screen arises from research developed in the Master's in Education, of the Graduate Program in Education - POSEDUC, of the State University of Rio Grande do Norte - UERN. The objective was to understand the existing scientific production on democratic school management and social vulnerability, in a time frame of ten years (2012-2021). The bibliographic survey was carried out in three scientific bases: Brazilian Journal of Education Policy and Administration (RBPAAE), Journal Education & Formation, Journal Educational



Practices, Memories and Orality (Rev.Pemo), Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and CAPES Periodicals Portal. Five articles were selected to compose the sample of the State of the Question, resulting in scientific productions located in three journals: *Revista Temas em Educação*, *Revista Saúde & Ciência Coletiva* and *Revista de Ciências Sociais, Política & Trabalho*. It was sought to highlight the themes discussed, as well as the most used methodological paths. The results point to the incipient production focused on the discussion about democratic school management in vulnerable territories. In general, the methodological aspects have as their central approach the qualitative research, in which case studies, literature review, document analysis and socioeconomic data analysis were carried out. Regarding the analyzes carried out by the authors, it is possible to perceive that the vulnerable social context requires democratic and participatory school management, engaged with social justice.

Keywords: Democratic Management. Vulnerability. Inequalities.

1 Introdução

Para compreender os conceitos e as temáticas existentes na relação entre gestão escolar e vulnerabilidade social, considerando a dimensão democrática da gestão do ensino público como princípio legal da educação brasileira, conforme a Lei de Diretrizes e Bases Nº 9394/1996, foi necessário realizar um levantamento das produções científicas direcionadas sobre esses temas. Dessa forma, o objetivo norteador deste Estado da Questão (EQ) é perceber como a literatura apresenta a discussão em torno da gestão escola e vulnerabilidade, de modo a contribuir com o debate educacional brasileiro.

Segundo Nóbrega-Therrien e Therrien (2004, p. 7), “a finalidade do ‘estado da questão’ é de levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance”. Logo, a pesquisa em tela buscou mapear os trabalhos relacionados a essas questões, levando em consideração cinco bases científicas, sendo elas: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), Revista Educação & Formação, Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades





(Rev.Pemo), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de Periódicos da CAPES.

A busca nessas bases se deu a partir dos descritores gestão escolar democrática e vulnerabilidade social, considerando o recorte temporal que compreende os seguintes anos 2012 a 2021. No caso das três revistas, a busca foi realizada visualizando os arquivos de todas as edições disponíveis no período de 2012 a 2021, buscando textos que se relacionassem com a temática da gestão democrática, desigualdades sociais e pobreza. Em relação às demais bases, em uma primeira busca, foi utilizado o *booleano and*. Enquanto isso, no segundo momento, utilizou-se o *booleano or*. Todo o percurso metodológico será detalhado de forma mais precisa na seção de metodologia, especialmente no que diz respeito à seleção das pesquisas.

Ao analisar os trabalhos selecionados, foi possível apreender diversos aspectos para compreender o contexto de produções científicas existentes sobre gestão escolar e vulnerabilidade social. Nesse sentido, buscou-se perceber os temas que apareceram com mais frequência nas pesquisas, identificar as ausências e/ou insuficiências temáticas, além de verificar quais são os referenciais teóricos e os aspectos metodológicos mais utilizados. Além disso, essa análise criteriosa possibilitou um diálogo entre os textos e a ampliação do debate aqui proposto, à luz da literatura já produzida. A partir desse mapeamento, foram realizadas análises e discussões, a serem apresentadas nas seções seguintes.

Com base nisso, o texto está organizado em quatro partes, além desta introdução. Inicialmente, será explicitado o percurso metodológico adotado pela pesquisa. Depois, serão analisados os dados produzidos a partir do levantamento bibliográfico junto aos periódicos da área e às bases científicas selecionadas para elaboração deste trabalho. Em seguida, será tecida breve discussão sobre os principais destaques encontrados na literatura, de modo a clarificar o objeto pesquisado. Por fim, serão apresentadas as considerações finais e as referências utilizadas durante a realização deste artigo.





2 Metodologia

4

Para realizar o EQ, foram escolhidos três periódicos da área da Educação e duas bases científicas, a saber: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE), Revista Educação & Formação, Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de Periódicos da CAPES.

É pertinente ressaltar o critério de escolhados periódicos e das bases. No caso da RBPAAE, esta foi escolhida tendo em vista que é uma publicação pertencente à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), cujo objetivo é disseminar pesquisas que debatem acerca de questões importantes ligadas ao campo das políticas e da gestão da educação e seus processos, sendo uma respeitável referência na área da gestão escolar, objeto central da pesquisa em tela. A Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades por ser o periódico em que este texto será publicado, bem como a Revista Educação & Formação, por ser parceira da revista anterior, sendo sugerida pelos avaliadores do artigo.

A BDTD, por sua vez, foi escolhida tendo em vista que é pertencente ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, do Governo Federal. A base é responsável por integrar teses e dissertações completas em uma única plataforma de busca, o que facilita o acesso aos textos de pós-graduação das instituições brasileiras de ensino e pesquisa. Por fim, os Periódicos da CAPES, que também são financiados pelo Governo Federal, foram escolhidos por serem considerados um dos maiores acervos científicos virtuais do Brasil, contendo uma vasta quantidade de materiais de alta qualidade. O conjunto dessas três bases digitais, além de nos dar uma visão geral de como acontece esse debate, possibilita-nos construir caminhos para avançar nas discussões que envolvem a problemática da gestão escolar democrática e a vulnerabilidade social em nosso país.

Após explicitadas as escolhas, é apresentado aqui o percurso metodológico adotado, de modo a esclarecer como as buscas foram realizadas em cada plataforma.





Na primeira etapa, foi consultada a RBPAE. Esse levantamento foi realizado a partir dos arquivos disponibilizados na página virtual da revista, que totalizam 31 edições¹. No caso em específico, não foram utilizados descritores na região de busca presente no *site*. Todas essas edições possuíam, juntas, 400 artigos e 30 editoriais. Tendo em vista o recorte temporal de dez anos e verificada a quantidade de edições disponíveis na página, optou-se por consultar cada volume individualmente e realizar a leitura dos títulos dos artigos, buscando aqueles que apresentassem alguma relação com a gestão escolar e a vulnerabilidade social. Após esse refinamento por título, foram selecionados dois artigos.

Esse mesmo processo foi realizado nos outros dois periódicos. Na Revista Educação & Formação, foram 19 edições, totalizando 274 artigos. Destes, foram selecionados três trabalhos. Na Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades foram 10 edições, que totalizaram 230 artigos, em que selecionamos quatro deles. Foram excluídos trabalhos que tratassem de forma mais específica da formação de professores, ONG's e programas de assistência social.

Entretanto, é pertinente ressaltar que não foi encontrado nenhum trabalho que estabelecesse uma relação direta entre gestão escolar e vulnerabilidade social, que é o foco do trabalho em tela. Apesar de existir uma investigação voltada para a gestão escolar e a desigualdade educacional e outra para a justiça social, estas são apenas aproximações possíveis de se estabelecer com o tema aqui proposto, ou seja, não se configura enquanto tema central. Essa ausência temática aponta para a relevância de uma produção científica comprometida em estabelecer um vínculo entre os conceitos de gestão escolar e vulnerabilidade social, como esta pesquisa se propõe². No entanto, é

¹ É importante destacar que a RBPAE é um periódico semestral, com Qualis A2 na área de Educação.

² A pesquisa de mestrado em processo inicial de elaboração busca compreender a relação entre gestão da escola e vulnerabilidade social, intencionando perceber como o contexto vulnerável afeta a escola e seus processos (pedagógicos e administrativos), bem como situar o papel central da gestão escolar nessa conjuntura. Dessa forma, intenta conceber como a gestão da escola conduz suas práticas em locais marcados pela vulnerabilidade social, pela pobreza e pela desigualdade social. Assim, realizou-se um levantamento bibliográfico para construir um debate voltado para a atuação da gestão escolar em





válida a análise das aproximações temáticas, na intenção de buscar possíveis conexões com a pesquisa em questão, assim como já foi explicitado.

Finalizado o mapeamento junto à RBPAE, foi realizada a busca avançada na BDTD. Foram usados os descritores gestão escolar democrática e vulnerabilidade social, assim como o *booleano and* em uma primeira tentativa e, por fim, o *booleano or*. Quando utilizado o *booleano and*, foi encontrado um total de dezesseis trabalhos. Com a utilização do *booleano or*, foi encontrada uma quantidade maior de trabalhos, totalizando 189 resultados. Nas duas buscas, foram localizados trabalhos que tratavam de temáticas relacionadas a: a) ensino superior; b) conselhos escolares; c) gestão municipal; d) gestão educacional; e) currículo; f) políticas de avaliação; g) EJA; h) debates políticos; e outros trabalhos da área da educação, mas que se situavam distantes da gestão escolar, além de não haver associação com a vulnerabilidade social. Portanto, nenhum trabalho foi selecionado nessa base científica, visto que não foram observados trabalhos que contemplassem a relação entre gestão escolar e vulnerabilidade social aqui pretendida.

O processo de busca não foi limitado a nenhum idioma específico, permitindo que pudessem aparecer resultados em outras línguas também, apesar de não ter sido encontrado nenhum resultado diferente da língua portuguesa. O ano de defesa seguiu o mesmo recorte temporal utilizado na RBPAE, considerando as produções da última década, compreendendo os anos de 2012 a 2021.

Por fim, a busca foi realizada pelo Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os descritores e *booleano: gestão escolar democrática and vulnerabilidade social*, o que resultou em um total de 344 trabalhos. Após isso, foi feita uma segunda filtragem, retirando alguns assuntos que aparecem nos filtros da barra lateral, como: saúde, desenvolvimento sustentável, agricultura e educação superior, visto que não possuíam relação com a temática da pesquisa em tela. Depois, foi escolhido o filtro na área da educação e definido o recorte temporal de dez anos, restando, assim, 38 artigos. Desses, foram excluídos os que tratavam de: a) judicialização da educação; b) educação

localidades de alta vulnerabilidade e, diante disso, ser possível tecer considerações sobre as práticas democráticas e as contribuições dessa conduta no interior da escola.





inclusiva; c) financiamento da educação; d) educação ambiental; e) educação física e f) educação profissionalizante; A partir do exercício de leitura dos títulos e respectivos resumos, foram selecionados três trabalhos, indexados nos seguintes periódicos: a) *Revista Temas em Educação*; b) *Revista Saúde & Ciência Coletiva*; e c) *Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho*.

7

É válido ressaltar que nas três bases científicas houve a necessidade de uma maior delimitação e recorte para escolher os trabalhos que iriam compor o levantamento da pesquisa. Em todas elas, optou-se, como critério de exclusão, por estudos que tratassem especificamente de educação infantil, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação de tempo integral e ensino superior, visto que o foco de análise desta pesquisa está centrado no ensino fundamental. Assim, no total, foram escolhidos cinco trabalhos para compor este EQ. No quadro a seguir, é possível verificar esses quantitativos de maneira mais clara e objetiva. Além disso, também está sistematizado o uso dos descritores e *booleanos* em cada plataforma.

Quadro 1 – Quantitativos de trabalhos do EQ (2012 – 2021)

| Base | Descritor 1 | Booleano | Descritor 2 | Resultados | Escolhidos |
|-------------------|----------------------------|---------------|------------------------|------------|------------|
| RBPAE | não utilizado | não utilizado | não utilizado | 400 | 2 |
| Educação&Formação | não utilizado | não utilizado | não utilizado | 274 | 3 |
| Rev.Pemo | não utilizado | não utilizado | não utilizado | 230 | 4 |
| BDTD | gestão escolar democrática | And | vulnerabilidade social | 16 | 0 |
| | gestão escolar democrática | Or | vulnerabilidade social | 189 | 0 |
| CAPES | gestão escolar democrática | And | vulnerabilidade social | 344 | 3 |

Fonte: Elaboração própria (2022).

Mais adiante, como forma de organização para análise, os trabalhos serão discutidos em ordem cronológica, partindo do mais antigo até o mais atual, com vistas a





perceber aproximações com o debate aqui proposto. Em outras palavras, visa-se estabelecer relações e conexões entre a atual pesquisa e as discussões realizadas no âmbito dos artigos selecionados.

3 Resultados do Estado da Questão

8

Os conceitos basilares da pesquisa são gestão democrática e vulnerabilidade social. Tendo isso em vista, o EQ buscou levantar trabalhos que tratassem dessa relação e suas aproximações. Este tópico objetiva mapear essas produções, de modo a perceber que os principais achados do levantamento bibliográfico em tela.

No que diz respeito à RBPAE, é possível notar que 2021 foi o ano com mais publicações de artigos em geral. No entanto, 2020 foi o ano com mais artigos publicados com relação às temáticas voltadas para a discussão da gestão escolar. Apesar disso, percebe-se que o número de publicações nessa perspectiva ainda é muito baixo. Compreendendo todo o período de análise, é possível afirmar que apenas 6,5% dos artigos da RBPAE tratam da gestão escolar e suas demais questões, o que demonstra a necessidade de expandir as produções ligadas a essas temáticas, especialmente no que diz respeito à relação temática entre gestão escolar e vulnerabilidade social, já que apenas dois trabalhos apresentam uma aproximação com o tema.

Em relação às Revistas Educação e Formação e a Revista Rev.Pemo, os artigos selecionados representam menos de 2% do total de trabalhos disponíveis nas bases. Essa porcentagem reforça a baixa quantidade de trabalhos relacionados com a temática e a relevância da pesquisa neste sentido, de modo a preencher uma lacuna existente na literatura e, ao mesmo tempo, trazer para o debate científico um tema pungente que reflete a necessidade de aprofundamentos para área da gestão escolar democrática.

No que concerne aos Periódicos CAPES, também foram encontrados poucos artigos que pudessem contribuir com este estudo, o que fortalece a premissa de que existe uma escassa produção acerca da temática, justificando, portanto, a realização de nossa pesquisa. Quanto à BDTD, não foram encontrados trabalhos utilizando os





referidos descritores, o que também alerta sobre a pertinência de expandir as produções científicas na área.

Os temas e conceitos de destaque que apareceram nos textos foram: a) desigualdades; b) qualidade da educação; c) capital cultural; d) participação familiar; e) nível socioeconômico; f) direito à educação; g) justiça; h) *background* familiar. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, quatro trabalhos possuem abordagem qualitativa e um possui abordagem mista. As metodologias utilizadas foram: a) estudo de caso; b) revisão de literatura; c) análise documental; d) análise de dados socioeconômicos do SAEB, IDEB e Censo Escolar. Em relação aos anos de produção dos trabalhos, um era de 2013; um, de 2015; um, de 2019; e dois, de 2020. Esse aumento em 2020 pode ser explicado devido ao ano de início da pandemia, que aprofundou as desigualdades sociais³ e os níveis de pobreza⁴. No que diz respeito ao referencial teórico utilizado, todos os trabalhos basearam-se em Bourdieu e Passeron, o que evidencia a significância desses teóricos para o campo de estudo.

³ A desigualdade social se manifesta devido à concentração de renda, em que uma parte muito pequena da população possui elevado nível socioeconômico, enquanto a maior parte dela não usufrui das mesmas condições. Atualmente, segundo a Oxfam Brasil (2022), a riqueza global está mais concentrada ainda, havendo o crescimento da população pobre e, ao mesmo tempo, a duplicação de bilionários. Esse quadro denuncia a extrema desigualdade no Brasil. É pertinente ressaltar também que a desigualdade afeta o desenvolvimento social, político e econômico do país. Desse modo, contribui com o enfraquecimento do mercado e do capital humano, eleva a criminalidade, restringe a cidadania e compromete a mobilidade social. Além disso, a desigualdade também é expressa em relação às dimensões racial, cultural, sexual (CAVALCANTE, 2020) e educacional (SAMPAIO; OLIVEIRA, 2016).

⁴ A pobreza é um conceito complexo, multidimensional e que pode ser compreendido tanto a partir de um ponto de vista econômico como contextualizado com base em critérios sociopolíticos. A pobreza se caracteriza ou se baseia no padrão de vida em vigor na sociedade, sendo consideradas pobres as pessoas que não conseguem preservar as condições materiais mínimas de sobrevivência. Esse padrão é construído socialmente, depende do contexto socioespacial e histórico em que o sujeito está inserido e pode ser expressado pela linha de pobreza (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000), sendo essa um valor calculado levando em consideração gastos mínimos com alimentação, saúde, educação, transporte, moradia e outros investimentos necessários à vida. Nesse caso, o sujeito tido como pobre é aquele cuja renda não atinge o valor essencial para prover suas demandas mais básicas e indispensáveis. No geral, estar abaixo desse padrão pode ser expresso por alguns fatores, como: menor acesso à renda, emprego e poder (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Sen (1999) reafirma que a pobreza vai além da renda inferior. A pobreza, então, se caracteriza como a privação das necessidades mais básicas de um ser humano, que pode levar a morte, subnutrição, morbidez, analfabetismo, insegurança, exposição à violência, dentre outros aspectos que causam prejuízo ao pleno bem-estar e à possibilidade de condições favoráveis para uma vida digna, já que esses indivíduos acabam sendo privados até mesmo do direito de acessar os serviços públicos (VIEIRA *et al.*, 2018).





Na próxima seção, são debatidos os textos que compõem este EQ, de modo a apresentar seus objetivos e as principais discussões que contribuem com a pesquisa em tela.

4 Gestão escolar e vulnerabilidade social: o que aponta a literatura?

10

Bezerra e Amaral (2020) trazem a reflexão de que o direito de acessar à educação formal sempre esteve restrito às camadas mais elevadas da sociedade, isto é, à elite. Na história do Brasil, é possível perceber um sistema de educação fortemente marcado por desigualdades. As desigualdades são históricas em nosso país, deixando muitas crianças, jovens e adultos sem as condições mínimas para participarem efetivamente do processo ensino-aprendizagem. Apesar da universalização da educação básica, não é interesse das camadas elevadas que o povo tenha acesso ao conhecimento. Por essa razão, o ensino destinado às elites foi sendo cada vez mais aprimorado, enquanto o nível do ensino para as camadas desfavorecidas foi sendo cada vez mais rebaixado, assim como afirma Saviani (1999).

Nesse sentido, ainda existe exclusão dentro do próprio sistema de ensino, além de ofertas educacionais com padrões diferentes de qualidade (SAMPAIO; OLIVEIRA, 2016). Nesse cenário, Bezerra e Amaral (2020 p. 190) citam que a educação passou a ser “um instrumento que reforça a marginalização e que legitima a ordem social”. Esse pressuposto é corroborado por Bourdieu e Passeron (1992), os quais afirmam que o sistema de ensino legitima a cultura dominante. Assim, é provocada uma violência simbólica dentro da escola, que segrega os alunos entre aqueles que estão próximos dessa cultura vigente e que possuem acesso ao capital cultural e aqueles que estão marginalizados dessa realidade.

Em seu texto, Bezerra e Amaral (2020) possuem o objetivo de investigar a participação da família no acompanhamento da aprendizagem de crianças do ensino fundamental em escolas públicas. Os autores afirmam que para a construção do diálogo entre família e escola é necessário compreender que a iniciativa deve partir da própria





escola, pois os familiares estão em uma posição de desvantagem. Além disso, os autores compreendem que deve ser um trabalho em rede e não estar restrito ao diretor escolar ou aos professores, mas envolver uma equipe que trabalha em conjunto, até mesmo incorporando outras esferas que estão situadas no exterior da escola, como conselho tutelar do município, Secretarias Estaduais ou Municipais de Educação e Ministério Público do Estado. Partimos do entendimento de que a gestão escolar supõe uma coletividade que incorpora professores, demais funcionários, alunos, famílias, membros da comunidade e órgãos públicos, de sorte a fortalecer processos democráticos que venham a impactar mediante resultados positivos no que diz respeito a comportamento dos alunos, concentração nas aulas e frequência escolar.

Essa relação construtiva a que Bezerra e Amaral (2020) se referem é o que denominamos de gestão democrática, tendo em vista a noção de escola integrada à comunidade, em que os profissionais da educação estão cientes dos problemas e necessidades comunitários. Além disso, é formada uma rede de apoio para solucioná-los, buscando sempre atenuar as dificuldades e os impactos na aprendizagem. Ter esse conhecimento da realidade da comunidade onde a escola está inserida é importante, pois é dessa forma que a equipe pode apreender as desigualdades existentes naquele espaço, para, assim, estabelecer estratégias de como amenizá-las. “Desigualdades” no plural, pois são várias as suas dimensões. Sampaio e Oliveira (2016) versam sobre a temática em seu artigo “Dimensões da desigualdade educacional no Brasil”, cujo objetivo é analisar três dimensões da desigualdade educacional: de acesso, de tratamento e de conhecimentos. Os autores apontam que essas desigualdades devem ser examinadas para que seja possível a formulação de políticas públicas.

Para início de análise, ressalta-se que o conceito de desigualdade educacional é polissêmico, de modo que cada dimensão de desigualdade é associada a uma concepção de igualdade. A primeira desigualdade é a de acesso ao sistema escolar. A concepção de igualdade, nesse caso, é a de oportunidades. Isso significa que todos têm o direito de frequentar a escola independentemente de qualquer característica individual e pessoal, como nível socioeconômico, raça e etnia. Entretanto, na realidade, esses





fatores influenciam a vida dos sujeitos e, especialmente, o nível socioeconômico familiar afeta o desempenho dos alunos, prejudicando as possibilidades de evolução dos indivíduos nos estudos (SAMPAIO; OLIVEIRA, 2016).

A segunda concepção de desigualdade é a de tratamento, que está associada à igualdade de tratamento. Nesse caso, supõe-se que todos os indivíduos devem experimentar iguais condições de ensino dentro do sistema educacional. Em outras palavras, o tratamento a todos os estudantes deve ser homogêneo e uniformizado, por meio de currículos de base comum e equiparação da infraestrutura das instituições, por exemplo. Entretanto, Sampaio e Oliveira (2016) trazem a reflexão de que, no Brasil, a desigualdade regional é bastante acentuada. Enquanto as regiões Sul e Sudeste são marcadas pelo acúmulo financeiro, as regiões Norte e Nordeste possuem orçamentos muito menores e, conseqüentemente, uma população mais pobre e escolas mais precárias, com políticas de financiamento ainda muito insuficientes.

A última dimensão da desigualdade educacional é a de conhecimento, que está atrelada aos conhecimentos adquiridos pelos indivíduos ao longo do percurso estudantil. Essa é uma dimensão de desigualdade educacional, pois não é suficiente apenas que o aluno acesse o sistema escolar e tenha garantido o mesmo padrão de qualidade. Além desses fatores, foi constatado que as desigualdades preexistentes afetam o desempenho dos estudantes, isto é, as condições socioeconômicas que possuem influenciam nos resultados dos estudos. Dessa forma, Bourdieu (2007) formulou a teoria da reprodução, que explica o fato de crianças alcançarem êxito escolar estar intimamente relacionado com o nível socioeconômico da sua família. Nesse caso, estudantes de classes populares possuem menos chances de obter sucesso escolar (SAMPAIO; OLIVEIRA, 2016).

Lara (2016) produziu um artigo científico com o objetivo de aprofundar a discussão acerca do tema da desigualdade sociocultural. A autora apresenta conceitos de desigualdade, seus princípios e fundamentos sustentadores. Além disso, trata sobre o papel do Estado na compreensão desse conceito, bem como a potencialidade da América Latina superá-lo. Inicialmente, ela afirma a existência de vários tipos de





desigualdade: social, socioeconômica, de gênero (...) Portanto, são agrupadas na categoria “sociocultural”.

Lara (2016) enfatiza que para tratar das políticas de redução da desigualdade sociocultural é necessário vislumbrar o contexto à nível macro referente ao capitalismo, que funda essa desigualdade. Ao mesmo tempo, a autora compreende que as desigualdades são eliminadas com a construção de direitos e a redemocratização da estrutura social. Lara (2016) cita como exemplo o caso da América Latina, fortemente marcada pela pobreza e pela desigualdade. No que diz respeito à relação entre educação e desigualdade, a autora cita que não é possível desvincular esses dois conceitos, vistos que a escola está instituída em uma sociedade capitalista desigual, exposta a essa realidade marcada pela vulnerabilidade social.

Quando a autora se refere na possibilidade de uma sociedade pautada na igualdade, Lara (2016) afirma que isso apenas é possível se a sociedade de classes for superada e o sistema capitalista for reestruturado, visto que a desigualdade é estrutural.

Nos escritos de Almeida e Santos (2019) as desigualdades são discutidas à luz da Teoria da Reprodução. As autoras trazem para o debate os conceitos de *Habitus*, Campo e Capital Social da Teoria da Reprodução, desenvolvida por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. No âmbito desta teoria, os autores afirmam que a herança familiar pode ser replicada pela escola, em relação à condição socioeconômica dos indivíduos. Essa questão também está relacionada com as estratégias adotadas pelas famílias em relação a educação de seus filhos.

Ao se apropriar de Bourdieu e Passeron, Almeida e Santos (2016) debatem sobre os três tipos de estratégia de investimento escolar. A classe popular investe muito pouco na educação das crianças, o que reduz as chances de sucesso educacional, visto a relevância dos recursos socioeconômicos e culturais para o desempenho do sujeito na escola. Enquanto isso, a classe média investe mais em educação, visando um maior sucesso e ascensão social para camadas mais elevadas. Por fim, a elite investe de forma mais intensa, pois é uma camada que possui mais capital (econômico, social e cultural). Assim, para essa camada superior, o sucesso escolar acaba sendo uma





certeza. Esses pressupostos reforçam o papel da escola na reprodução das desigualdades, reforçando a atualidade das ideias de Bourdieu e Passeron na compreensão das desigualdades educacionais.

Nesse cenário, reconhecendo que as desigualdades sociais causam também desigualdades educacionais, situamos os escritos de Carvalho, Ramalho e Santos (2019), que apresentam o Programa Mais Educação (PME) como uma possibilidade de ampliar o direito à educação, visto as consequências sociais que essa experiência proporciona para estudantes pobres. Esse programa é baseado em uma concepção de educação integral que coloca a cultura e o território dos estudantes como ponto central da sua formação. Assim, ele surgiu em 2007 para atender escolas que apresentam, principalmente, baixo indicador educacional e estão situadas em territórios pobres.

O artigo dos autores objetiva situar o surgimento do PME no contexto político-educacional latino-americano e analisar as consequências sociais dessa experiência para crianças e jovens pobres no Brasil. Como resultado, aponta que o programa tem efeitos positivos na trajetória de vida dos estudantes em situação de pobreza. Inicialmente, amplia a jornada escolar, servindo como instrumento de proteção social; seguida, é um fator importante para uma educação de qualidade. É possível enxergar nesse programa um esforço do Estado de propor uma justiça social com as crianças e os jovens em situação de vulnerabilidade⁵ e risco social.

Nesse contexto, situamos o debate trazido por Arroyo (2020), cujo objetivo é destacar a radicalidade política de propor uma Gestão da Educação, que incorpore a gestão escolar, com resistência ativa para uma agenda democrática com justiça social. Isso posto, cabe ressaltar a relevância da gestão pública da educação na promoção dessa justiça e da democracia na escola. Em um primeiro instante, o autor aponta essa

⁵ O conceito de vulnerabilidade social está associado, principalmente, à falta ou à fragilidade de acesso à renda. No entanto, como afirmam Carmo e Guizardi (2018), além da questão econômica, a vulnerabilidade se relaciona também com as condições desiguais de acesso aos próprios serviços públicos. Assim, um indivíduo que está em situação vulnerável é aquele que está exposto a possíveis riscos e danos à sua integridade, apresentando dificuldade de viver com qualidade e mudar sua condição social. Dessa forma, a vulnerabilidade deixa os sujeitos suscetíveis a riscos sociais como violência, desemprego, insegurança, saúde debilitada, ausência de moradia, mortalidade e exclusão do sistema escolar (ABRAMOVAY *et al.*, 2002).





relação existente entre gestão do Estado e gestão da educação, visto que a segunda é determinada pela primeira, no que diz respeito ao que Arroyo denomina de administração dos Outros, isto é, dos injustiçados, oprimidos e marginalizados. Em sua concepção, o Estado coloca esses sujeitos em uma posição de violentos, perturbadores da ordem, indisciplinados. Assim, a gestão da educação acaba reproduzindo essa visão de seus estudantes em sua prática. Dessa forma, Arroyo (2020) afirma que é necessário refletir se o atual Estado é produtor de justiça ou de injustiça, para então refletir a construção de uma gestão da educação para a justiça social.

Para o autor, “a defesa da gestão da educação com justiça social aponta para a gestão da educação fazendo justiça com os injustiçados pelas injustiças do próprio Estado, da sociedade e da própria escola” (ARROYO, 2020, p. 771). Isso possibilita refletir acerca do papel da gestão escolar em instituições marcadas pela pobreza, em que é necessário garantir direitos à camada popular, ao passo que sejam repensados teorias, práticas, políticas e currículos. Em outras palavras, uma gestão comprometida em administrar vidas ameaçadas e marcadas por injustiças sociais pressupõe uma gestão democrática que reconheça a força da participação e contribuição da comunidade escolar e local no enfrentamento dos sérios problemas que acometem a escola pública e das soluções que podem emergir do/no coletivo. Como afirma Arroyo (2020), deve ser uma gestão com justiça social, com foco na formação de seus profissionais, para que esses possam reconhecer o papel do Estado enquanto produtor de vítimas das desigualdades nas estruturas e padrões sociais, de raça, gênero e classe e que também dê voz às famílias, em um movimento de escuta das injustiças vivenciadas por elas.

Avançar para gestão da educação com justiça social exige repensar as concepções, teorias de gestão da educação, exige superar formas de culpabilizar os injustiçados pelas injustiças que sofrem. Exige-se educar os gestores-educadores para superar essas formas injustas de culpabilizar famílias, educandos [...] teorias de gestão que façam justiça, reconhecendo que as injustiças são socialmente produzidas. Que há injustiçados porque há injustiças, há estruturas injustas. Há injustos (ARROYO, 2020, p. 758).





Uma gestão que não esteja comprometida com a justiça social pode reforçar que essa injustiça afete injustamente cada vez mais seus estudantes, tanto no processo de aprendizagem como no desenvolvimento humano (ARROYO, 2020). Nesse sentido, é possível situar o efeito escola, ou seja, a diferença que a escola pode fazer de acordo com suas concepções e práticas. Moraes, Dias e Menezes (2020) objetivam analisar o efeito escola das escolas públicas brasileiras da educação básica à luz da abordagem crítico-reprodutivista de Bourdieu. Inicialmente, os autores situam alguns fatores que contribuem com a variação nos resultados escolares, tais quais: a) origem social; b) nível cultural; c) *background* familiar; ao mesmo tempo que afirmam que, segundo a perspectiva bourdieusiana, a escola apenas reproduz, legitima e perpetua as desigualdades que já existem antes de o aluno adentrar no ambiente escolar.

Um dos fatores predominantes que influenciam no sucesso escolar dos alunos é o nível socioeconômico. Entretanto, o nível cultural é um dos fatores mais importantes para determinar o êxito escolar, tendo em vista que a escola possui uma cultura dominante, da qual a população pobre está muito distante. Isso significa que a camada popular tem muito mais dificuldade de aprender esse padrão cultural diferente e imposto pelas classes mais favorecidas social e economicamente.

Moraes, Dias e Menezes (2020) realizaram um estudo que analisa o IDEB das escolas, considerando o seu contexto socioeconômico, por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA), um modelo de programação para mensurar a eficiência escolar. Através das análises, os autores apontam que, de acordo com os resultados do IDEB, alunos com maior nível socioeconômico atingem desempenhos proporcionalmente maiores, o que reafirma a teoria bourdieusiana de que existe uma forte correlação entre desempenho nas avaliações e condições sociais e econômicas. No entanto, outras análises permitiram perceber que algumas variáveis que afetam o sucesso escolar são, na verdade, endógenas às escolas, isto é, são fatores que existem dentro da própria instituição, assim como evidenciado a seguir.

Um desses fatores internos é a adequação de formação dos professores. Em sua pesquisa, Moraes, Dias e Menezes (2020) expõem que os docentes com





inadequação de qualificação estão concentrados em escolas com Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) mais baixo, sendo essa uma variável que pertence à escola, e não às famílias. Outros elementos apontados pelos autores como fatores internos que afetam o sucesso escolar são: a) a quantidade de alunos por turma; b) tempo de hora-aula; c) rotatividade; d) insuficiência de recursos. Eles afirmam que escolas com INSE mais baixo possuem mais alunos por sala de aula, menor quantidade de horas-aula, alta rotatividade de funcionários e menos recursos do que escolas com INSE mais alto.

Por essa razão, Moraes, Dias e Menezes (2020) evidenciam que gestores despendem muito mais esforço quando estão gerindo uma escola com INSE baixo, o que reforça os desafios enfrentados pela gestão escolar em contexto de pobreza e vulnerabilidade social. Porém, a pesquisa de Moraes, Dias e Menezes (2020, p. 129) aponta que, “mesmo nos contextos socioeconômicos mais desfavoráveis, podem ser encontradas escolas eficientes, ou seja, com efeito escola positivo e que, portanto, fazem a diferença no sucesso escolar dos educandos são variáveis próprias da escola”.

Para alcançar esse feito positivo, considera-se fator essencial uma gestão democrática. Para aprofundar essa temática, Soares e Colares (2020) construíram um Estado da Arte no âmbito do Norte e Nordeste do Brasil sobre a gestão democrática e sua implementação na escola pública. Os autores constataram que, no período de 2013 a 2020, houve baixo interesse em pesquisar a implementação da gestão democrática. Eles afirmam que o quantitativo de trabalhos foi bem menor na região Nordeste, o que demonstra a relevância de ampliação da discussão. Soares e Colares (2020) afirmam que, nos textos selecionados, é predominante a narrativa de que a gestão democrática ainda é muito distante da escola pública. Essa distância pode ser explicada por meio de desafios que impedem sua concretização. Os autores citam ausência de participação e práticas clientelistas como exemplos, o que reforça a importância de a comunidade participar dos processos da escola, para que a educação tenha mais qualidade. Outro ponto de destaque citado pelos autores é a interferência da esfera privada, que impedem a efetivação da participação, da coletividade e dos processos democráticos. Portanto, sugerem que é preciso romper com esses obstáculos para democratizar e qualificar o





ensino, principalmente neste contexto histórico marcado por crises e retrocessos dos direitos humanos.

O artigo de Lima de Assis, Assis e Santos (2021) faz um estudo sobre a democratização da Escola Pública a partir do Conselho Escolar, entendendo o contexto de políticas neoliberais que estão situados. Foram escolhidas duas escolas do município de Baturité, no Ceará. Ambas atendem a estudantes baixa renda e residentes de periferias, portanto, em situação de vulnerabilidade social. Inicialmente, os autores retomam discussões importantes, como a relevância de expandir o acesso a escola e a participação na tomada de decisão. Além disso, reforçam que a gestão democrática é colocada como “processo dialético que precisa crescer e desenvolver-se num debate teórico e prático que mude as relações na escola e ao seu redor mediante a participação de todos os segmentos diretamente envolvidos [...]” (LIMA DE ASSIS; ASSIS; SANTOS, 2021). Os autores também chamam atenção para o fato de que a escola precisa estar articulada com o real e o contexto em que está inserida. Assim, a gestão deve estar muito bem sintonizada com sua realidade objetiva e subjetiva, buscando horizontalizar relações por meio do diálogo e, da coletividade e da descentralização (LIMA DE ASSIS; ASSIS; SANTOS, 2021).

Lima de Assis, Assis e Santos apresentam o Conselho Escolar como instrumento e estratégia importantes de participação na escola, sendo espaço de construção da cultura participativa e auxiliando na consolidação da democracia na escola. Além disso, funciona para fiscalizar aplicação de recursos, controlar a qualidade, avaliar ações, contribuir com a transformação dos processos e dos sujeitos que os compõem.

Nesse debate, os autores situam sobre a estrutura política do Estado do Ceará, em que houve um governo, na década de 1980, marcado pelo gerenciamento da coisa pública nos moldes empresariais, seguindo a lógica mercantil e baseada na política neoliberal. Assim, eles situam que os cenários do Ceará e de Baturité começaram a se abrir a participação, onde houve a criação e revitalização dos conselhos referentes a políticas públicas. Além disso, os primeiros Conselhos Escolares começaram a surgir, admitindo que a participação dos indivíduos da comunidade local escola contribui com o





fortalecimento do exercício políticodentro da escola, democratizando a sociedade e a educação.

Fernandes e Sousa (2021), ao se apropriarem dos escritos de Krawczyk, também afirmam que a temática da gestão democrática como via de melhoria da qualidade da educação ganhou força a partir dessa década de 1980. Nesse momento, como foi explorado antes por Lima de Assis, Assis e Santos (2021), foi quando houve a intensificação das lutas sociais em prol de uma sociedade mais democrática. Assim, a escola também passou a ocupar o centro do debate e, dessa forma, a gestão participativa foi fazendo mais sentido no âmbito escolar.

O artigo de Fernandes e Sousa (2021) tem como objetivo discutir a prática da gestão escolar atualmente. Eles citam que são muitos os desafios na concretização da gestão democrática no interior da escola, especialmente devido a opiniões divergentes da comunidade. Isto é, mesmo com a participação ativa dos atores escolares e do seu entorno, ainda assim existem dificuldades de vivenciar um espaço democrático. Isso reforça a ideia de que apenas o ato de participar não é suficiente. Para além disso, deve haver uma mudança na cultura da escola, de modo a aprender a lidar com a coletividade e todas as suas contradições. Outra dificuldade mencionada por Fernandes e Sousa (2021) é a influência externa, principalmente quando imersas na lógica capitalista.

5 Considerações finais

Este EQ buscou perceber as discussões sobre gestão escolar democrática e vulnerabilidade social presentes na literatura, de modo a contribuir com novas discussões para o campo de pesquisana área educacional. A partir do levantamento bibliográfico realizado na RBPAE, Revistas Educação & Formação, Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades (Rev.Pemo) BDTD e Catálogo de Periódicos da CAPES, foi possível perceber a incipiente produção voltada para a relação entre gestão escolar e vulnerabilidade social, visto que não foi encontrado nenhum trabalho que estabelecesse essa relação direta. Nesse sentido, os trabalhos que compõem este EQ





constituem temáticas aproximadas, visando um contributo teórico para a pesquisa em tela.

Este EQ é composto por cinco produções, todas elas do tipo artigo científico publicado em revistas. No que se refere às temáticas aproximadas, constatou-se que os textos estão voltados para a discussão das desigualdades, justiça social, direito à educação, *background* familiar, capital cultural, nível socioeconômico e participação familiar. A análise dos artigos evidencia que a sociedade é marcada por profundas desigualdades sociais, em que há forte divisão social dos indivíduos entre camada popular e elite. Essas desigualdades adentram no contexto escolar e acabam gerando dimensões de desigualdades educacionais, exemplificadas por Sampaio e Oliveira (2016). Essas desigualdades estão presentes desde o acesso ao sistema escolar até a qualidade das oportunidades educacionais ofertadas aos educandos, em que as camadas mais favorecidas possuem oportunidades muito mais qualificadas do que as crianças e jovens que vivem em situação de pobreza.

Além disso, é fato de que muitas crianças, adolescentes e adultos estão excluídos da escola. Quando estão inseridas no ambiente escolar, experienciam uma educação pensada para as camadas mais elevadas da sociedade, uma vez que “a escola elitista das ‘certezas’, passou-se para um processo selectivo orientado para a ‘exclusão’ dos piores, por exclusão relativa” (CANÁRIO, 2008, p.78). A escola nasce elitista e permanece, em grande medida, elitista, mesmo com os processos de sua democratização pedagógica e administrativa. Com isso, os estudantes da camada popular acabam apresentando dificuldades na trajetória estudantil, nas avaliações de desempenho e no acompanhamento dos currículos. Por esse motivo, compreende-se que a escola atua enquanto reprodutora das desigualdades sociais preexistentes (BOURDIEU; PASSERON, 1992), transformando a Teoria da Reprodução uma das principais vias de acesso ao aprofundamento da relação que se pretende estabelecer entre gestão escolar democrática e vulnerabilidade social.

Nesse contexto, a gestão escolar democrática aparece como fundamental, visto que a equipe gestora, os professores, funcionários, pais, comunidade local necessitam





conhecer a realidade concreta da escola e seu entorno, para que seja possível ofertar uma educação de qualidade e solucionar os problemas comunitários existentes. Desse modo, a escola estaria contribuindo para a não reprodução das desigualdades, já que estaria atenta para lidar com elas e amenizá-las, na medida possível.

21 A gestão escolar precisa atuar em prol da promoção da justiça. Somente a gestão escolar democrática é apta a lidar com a problemática da justiça social, porque uma gestão escolar autoritária reforça, ainda mais, as desigualdades educacionais. Na realidade, não pode haver justiça social no âmbito escolar distante de práticas democráticas que venham a fortalecer os princípios legais de uma escola pública laica, plural e de qualidade para todos/as. Assim como sugere Arroyo (2020), a escola deve repensar suas concepções, práticas, currículos e políticas, para que atendam aos injustiçados e impeçam que as injustiças afetem cada mais vez o desenvolvimento dos estudantes de camadas populares, que possuem seu desempenho escolar afetado por diversos fatores sociais, como: origem social, nível cultural, *background* familiar e nível socioeconômico.

Certamente, a gestão escolar em contextos de vulnerabilidade social é um imenso desafio, que exige transformação da escola em todas as suas dimensões: pedagógica, financeira e, especialmente, democrática e participativa. A palavra participação é central, visto que todos devem estar incluídos no sistema escolar e participar ativamente dele, pois, ao ouvir suas vozes, é possível construir uma escola que atenda às reais necessidades, possibilitando a formação do cidadão pleno e ativo que favoreça progressos no processo de ensino-aprendizagem. Por fim, fazer uma discussão que associe gestão escolar e vulnerabilidade social constitui uma possibilidade de efetiva contribuição para a área das políticas e gestão escolar, no sentido de evidenciar os desafios organizacionais e pedagógicos que as escolas públicas em contextos de pobreza enfrentam cotidianamente, aprofundados com pandemia da Covid-19.





Referências

ABRAMOVAY, M. *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO/BID, 2002. 192 p. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-40313/juventude-violencia-e-vulnerabilidade-social-na-america-latina--desafios-para-politicas-publicas--juventud-violencia-y-vulnerabilidad-social-en-a-latina--desafios-para-politicas-publicas>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ALMEIDA, G. S. de; SANTOS, M. I. A. dos. Teoria da reprodução social e as desigualdades educacionais. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 1–15, 2019. DOI: 10.47149/pemo.v1i3.3571. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3571>. Acesso em: 5 jan. 2023.

ARROYO, M. G. Gestão da Educação com Justiça Social. Que Gestão dos Injustiçados? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 768-788, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/100820>. Acesso em: 18 jul. 2022.

LIMA DE ASSIS, A. C.; ASSIS, J. B. L. de; SANTOS, J. M. C. T. A gestão democrática via conselhos escolares: análise de experiências em Baturité. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. e324786, 2021. DOI: 10.47149/pemo.v3i2.4786. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/4786>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 15, n. 42, p. 123-142, fev. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2022.

BEZERRA, O. L.; AMARAL, A. P. Relação família-escola: experiência de uma extensão universitária com famílias de baixa renda em escolas da rede pública do município de Mamanguape/PB. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, [S. l.], v. 51, p. 180-197, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/48295>. Acesso em: 7 jul. 2022.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992.





BOURDIEU, P. Reprodução Cultural e Reprodução Social. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução e organização: Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 295-336.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 6 abr. 2022.

CANÁRIO, R. A escola: das “promessas” às “incertezas”. **Educação Unisinos**, v. 12, n. 2, mai.-jun. 2008. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5309>. Acesso em: 9 jun. 2022.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.l.], v. 34, n. 3, p. 2-13, 26 mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CARVALHO, L. D.; RAMALHO, B.; SANTOS, K. A. O Mais Educação na América Latina: legados a infâncias e juventudes pobres. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 44, n. 1, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/80711>. Acesso em: 8 jul. 2022.

CAVALCANTE, P. A Questão da Desigualdade no Brasil: como estamos, como a população pensa e o que precisamos fazer. **Texto Para Discussão**, [S.l.], 30 set. 2020. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10263/1/td_2593.pdf. Acesso em: 30 jul. 2022.

CRESPO, A. P.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **Rae Eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12, dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

FERNANDES, F. R.; SOUSA, F. G. A. de. Gestão Escolar da teoria à prática. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. e324562, 2021. DOI: 10.47149/pemo.v3i2.4562. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/4562>. Acesso em: 5 jan. 2023.

LARA, A. M. B. Políticas de redução da desigualdade sociocultural. **Educ. Form.**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 140–153, 2016. DOI: 10.25053/edufor.v1i3.1621. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/118>. Acesso em: 5 jan. 2023.





MENEZES, D. T.; MORAES, J.; DIAS, B. F. Efeito escola na educação básica: observações a partir da perspectiva bourdieusiana. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 29, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/47642>. Acesso em: 8 jul. 2022.

NÓBREGA-TERRIEN, S.; TERRIEN, J. Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em avaliação educacional**, [S. l.], v.15, n.30, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/2148>. Acesso em: 17 maio 2022.

OXFAM BRASIL. **A Desigualdade Mata**. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

SAMPAIO, G. T.; OLIVEIRA, R. L. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 511-530, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/60121>. Acesso em: 7 jul. 2022.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, L. de V.; COLARES, M. L. I. S. A gestão democrática em revistas de educação do norte e nordeste do Brasil (2013-2020). **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. e233857, 2020. DOI: 10.47149/pemo.v2i3.3857. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3857>. Acesso em: 5 jan. 2023.

VIEIRA, C. A. *et al.* Pobreza multidimensional: um estudo de caso das privações básicas na região nordeste de Santa Maria/RS. **Economia e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 30, p. 3-12, 9 set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/34253/18561>. Acesso em: 30 jul. 2022.

¹ **Maria Eduarda de Oliveira Bezerra Medeiros**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1177-4610>

Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação (FE/UERN).





Contribuição de autoria: realização do Estado da Questão através de levantamento bibliográfico nas bases científicas, assim como debate a partir da análise dos textos que compõem a pesquisa.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5019907562629836>

E-mail: mariaeduardadeoliveirabm@gmail.com

ⁱⁱ **Arilene Maria Soares de Medeiros**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8151-4382>

Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Docente pesquisadora do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, atuando no ensino de graduação e pós-graduação *stricto sensu*.

Contribuição de autoria: orientação e revisão do texto, com a incorporação de discussões pontuais no seu decorrer.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5952418386886733>

E-mail: arilenemaria.medeiros@gmail.com

Editora responsável: Cristine Brandenburg

Especialista *ad hoc*: Fulano

Como citar este artigo (ABNT):

MEDEIROS, Maria Eduarda de Oliveira Bezerra; MEDEIROS, Arilene Maria Soares de. Gestão escolar democrática e vulnerabilidade social. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 4, e48747, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v4.8747>

Recebido em 15 de setembro de 2022.

Aceito em 30 de dezembro de 2022.

Publicado em 31 de dezembro de 2022.

